



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA**  
CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS



**Processo nº** 11080.730000/2016-87  
**Recurso nº** Voluntário  
**Resolução nº** 3302-001.260 – 3<sup>a</sup> Seção de Julgamento / 3<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma  
Ordinária  
**Sessão de** 17 de dezembro de 2019  
**Assunto** SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA  
**Recorrente** SPAL INDUSTRIA BRASILEIRA DE BEBIDAS S/A  
**Interessado** FAZENDA NACIONAL

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Resolvem os membros do colegiado, por unanimidade de votos em sobrestar o julgamento no CARF, até a definitividade do processo nº 10880.943785/2014-14, nos termos do voto do relator.

(assinado digitalmente)

Gilson Macedo Rosenburg Filho - Presidente

(assinado digitalmente)

Corintho Oliveira Machado - Relator

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros: Vinicius Guimarães, Walker Araujo, Jorge Lima Abud, Jose Renato Pereira de Deus, Corintho Oliveira Machado, Raphael Madeira Abad, Denise Madalena Green e Gilson Macedo Rosenburg Filho (Presidente).

## Relatório

Adoto e transcrevo relatório da decisão de primeira instância:

Trata-se da **Notificação de Lançamento** nº NLMIC-0020/2016 da DERAT/São Paulo, referente que exige o montante de R\$ 18.693.516,00, de **multa regulamentar**, lançada isoladamente, **decorrente da não homologação de compensação efetuado por meio de PER/DCOMP, tratada no processo 10880.943785/2014-14**, consoante disposto no § 17 do art. 74 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, com alterações posteriores.

Regularmente científica da autuação em 06/12/2016, fl. 7, o sujeito passivo apresentou **impugnação**, na qual alega primeiramente a tempestividade.

Argumenta, em seguida, que este processo deve ficar sobrerestado e aguardar a decisão a ser proferida no processo 10880.943785/2014-14, ou ainda que, após o julgamento em 1<sup>a</sup> instância, este processo seja apensado ao antes citado.

No mérito, aduz que tanto a multa isolada quanto a multa de mora decorrem da não homologação das PER/Dcomps e que possuem a mesma base de cálculo. Defende que se deve imputar a penalidade mais favorável ao contribuinte nos termos do art.112 do CTN.

Afirma que, em razão do disposto no art. 76, inciso II, alínea a da Lei 4.502/64, não será cabível a multa, por ter agido de acordo com interpretação fiscal constante de decisão irrecorrível de ultima instância.

Por fim, requer:

*4.1. Pelo exposto, a IMPUGNANTE pede e espera que seja cancelada a notificação de lançamento, com a consequente extinção do crédito tributário nela exigido.*

Em 23/05/2017, a DRJ/BEL, julgou improcedente a impugnação, nos termos da ementa abaixo:

**ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

Ano-calendário: 2016

**SOBRESTAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.**

Inexiste previsão legal para o sobrerestamento do julgamento de processo administrativo, mesmo na hipótese na qual a multa é aplicada sobre a compensação não homologada que está sendo discutida em outro processo sem decisão definitiva na esfera administrativa. A administração pública tem o dever de impulsionar o processo, em respeito ao Princípio da Oficialidade.

**APENSAÇÃO. JULGAMENTO SIMULTÂNEO.**

Ocorrendo manifestação de inconformidade contra o indeferimento do pedido de resarcimento ou contra a não homologação da compensação e impugnação da multa de ofício respectiva, as peças serão reunidas em um único processo para serem decididas simultaneamente

**ASSUNTO: NORMAS DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA**

Ano-calendário: 2016

**MULTA. SUSPENSÃO EXIGIBILIDADE.**

Ocorrendo a não homologação, a multa deve ser lançada, contudo, sua exigibilidade deve ficar suspensa ainda que não impugnada, no caso de apresentação de manifestação de inconformidade contra a não homologação da compensação.

**MULTA. COMPENSAÇÃO NÃO-HOMOLOGADA.**

Aplica-se a multa de 50% sobre o valor do crédito objeto de declaração de compensação não homologada.

**ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

Ano-calendário: 2016

**MULTA ISOLADA. BIS IN IDEM. NÃO CONFIGURADO**

A multa de mora aplicada sobre o imposto não recolhido não tem o mesmo fato gerador da multa isolada aplicada sobre a compensação considerada não homologada, não configurando bis in idem.

Impugnação Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Intimado da decisão, em 02/08/2017, consoante Termo de ciência por abertura de mensagem, a recorrente supra mencionada interpôs recurso voluntário, tempestivo, em 25/08/2017, consoante Termo de solicitação de juntada de documentos, fl. 170, no qual criticou as razões de decidir do acórdão guerreado, reproduz as alegações de primeira instância e aduz que seria o caso de aplicação também do disposto no art. 486, II, "a", do RIPI/02 e o art. 567, II, "a", do RIPI/10 para exclusão da multa, bem como o sobrerestamento do feito até decisão definitiva do processo em que é discutida a compensação efetuada por meio de PER/DCOMP. Por fim, requer o julgamento deste processo em conjunto com o processo 10880.943785/2014-14 e a reforma da decisão de primeiro grau, para cancelar a notificação de lançamento e extinguir o crédito tributário exigido.

Posteriormente, o expediente foi encaminhado a esta Turma ordinária para julgamento.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Corintho Oliveira Machado, Relator.

O recurso voluntário é tempestivo, e considerando o preenchimento dos demais requisitos de sua admissibilidade, merece ser apreciado.

A recorrente vem pleiteando, desde o início do litígio, a apensação deste expediente ao processo que cuida da compensação não homologada que gerou a multa deste processo, e o julgamento em conjunto, ou o sobrerestamento do julgamento deste até a decisão definitiva daquele. Em primeiro grau, a decisão não deferiu o sobrerestamento, porém determinou a apensação ao processo nº 10880.943785/2014-14, que não foi levada a efeito.

Em 22/10/2019, o processo nº 10880.943785/2014-14 foi objeto de Resolução desta Turma: nº 3302-001.201, na qual, por unanimidade de votos, foi rejeitada a preliminar arguida, e no mérito, foi sobrerestado o julgamento no CARF, até a definitividade do processo nº 19311720185/2015-81. Na ocasião, fez sustentação oral a Dra. Joanna Esch OAB/RJ 171689.

Quanto à questão do sobrerestamento do processo, quando depender de decisão de outro processo no âmbito do CARF, existe previsão específica no parágrafo único, do art. 12, da Portaria CARF N° 34, de 31 de agosto de 2015:

Art. 12. O processo sobrestado ficará aguardando condição de retorno a julgamento na Secam.

Parágrafo único. O processo será sobrestado quando depender de decisão de outro processo no âmbito do CARF ou quando o motivo do sobrestamento não depender de providência da autoridade preparadora. (grifei)

Existem precedentes (*Processo n.º 16327.721542/2013-08*), inclusive, dessa Turma (Resolução n.º 3302000.702, de 20/03/2018 – 3<sup>a</sup> Câmara/2<sup>a</sup> Turma Ordinária), aplicando o sobrestamento em caso semelhante, nos termos do voto condutor do Relator, abaixo transscrito e adotado como razão de decidir do presente processo:

"Voto Conselheiro José Fernandes do Nascimento Relator.

Segundo o delineado no relatório precedente, os presentes autos tratam de cobrança da multa isolada de 50% (cinquenta por cento) calculada sobre o valor do crédito informado nas Declarações de Compensação (DComp) não homologadas.

O referenciado procedimento compensatório, que motivou a presente autuação, encontrase sob julgamento no âmbito do processo principal de n.º 16327.720993/201239, ainda pendente de decisão definitiva na esfera administrativa.

Assim, uma vez configurada dependência do julgamento deste processo do desfecho final e definitivo do julgamento do processo principal, com respaldo no art. 6º, § 1º, II, do Regimento Interno deste Conselho (RICARF/2015), propõe o sobrestamento do julgamento dos presentes autos perante à 3<sup>a</sup> Câmara desta Seção.

E uma vez o concluído o julgamento do processo principal, com a prolação da decisão definitiva, a Câmara deverá providenciar o retorno dos presentes autos a este Colegiado, para o prosseguimento do julgamento."

Nessa moldura, voto pela vinculação ao processo n.º 10880.943785/2014-14 e o sobrestamento na Câmara (DIPRO/COJUL) até à decisão administrativa definitiva a ser proferida no referido processo.

(assinado digitalmente)

Corintho Oliveira Machado



## Ministério da Fazenda

### PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

#### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO em 03/01/2020 12:27:00.

Documento autenticado digitalmente por CORINTHO OLIVEIRA MACHADO em 03/01/2020.

Documento assinado digitalmente por: GILSON MACEDO ROSENBURG FILHO em 19/01/2020 e CORINTHO OLIVEIRA MACHADO em 03/01/2020.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARIA MADALENA SILVA em 03/02/2022.

#### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP03.0222.15401.SA19**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:  
FF883A0376DB4E1B6036BA3936FF2583719F8D7751E21775EDCB1C1CAE834D2E**